

**FUGA PELA VIDA: OS REFUGIADOS  
CONGOLESES EM RUANDA  
UMA ANÁLISE A PARTIR DA  
GOVERNANÇA GLOBAL**

ON THE RUN FOR LIFE: THE CONGOLESE  
REFUGEES IN RWANDA  
AN ANALYSIS FROM GLOBAL  
GOVERNANCE

*Maria Clara Kretzer<sup>1</sup>*

**RESUMO**

Este trabalho apresenta a questão dos refugiados, com especial atenção para o caso dos refugiados nacionais da República Democrática do Congo que, devido a conflitos armados internos, abandonam seu país e buscam abrigo no Estado vizinho de Ruanda. O tema é, em seguida, analisado sob a perspectiva da Governança Global.

Palavras-chave: Refugiados, República Democrática do Congo, Ruanda, Governança Global

**ABSTRACT**

This paper presents the refugee question with special attention to the case of refugees from the Democratic Republic of Congo that, forced by internal armed conflicts, abandoned their country searching for protection in Rwanda. The theme is then analyzed under the perspective of Global Governance.

Keywords: Refugees, Democratic Republic of Congo, Rwanda, Global Governance

**1. INTRODUÇÃO**

Os dados fornecidos ao longo do texto provêm em sua maioria dos estudos e estatísticas do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Informações também foram coletadas em publicações *on-line* de entidades relacionadas ao tema, bem como a mídia nacional e internacional. Produções

acadêmicas, tanto nacionais quanto internacionais, serviram de base para a reconstrução da evolução do tema refúgio, para o levantamento da história da República Democrática do Congo (RDC) e para a aplicação teórica sobre o tema. A questão do refúgio é trazida para a análise através da descrição do caso dos refugiados nacionais da República Democrática do Congo que, ao longo das últimas décadas, fugiram das instabilidades causadas por conflitos armados internos e buscaram abrigo em Ruanda, Estado fronteiro à RDC. Inicialmente, buscou-se trazer de maneira breve a evolução do conceito de “refugiado”. Aqui, deu-se especial atenção para as adaptações que o termo sofreu na África, a fim de melhor abranger as particularidades dos países que compõem este continente.

Em seguida, é abordado o histórico de instabilidades na República Democrática do Congo desde a década de 1990 e o fluxo de refugiados gerado ao longo destes anos de conflito. O foco recai sobre os congoleses que buscaram refúgio em Ruanda. Descreve-se o processo de construção de campos de refugiados em solo ruandês destinados a abrigarem os nacionais da RDC. Em seguida, são descritos os métodos de assistência prestados aos congoleses nestes campos, trazendo relatos tanto sobre as dificuldades enfrentadas quanto sobre os avanços alcançados até aqui.

Por fim, os fatos apresentados são analisados sob a perspectiva da Governança Global. Após a apresentação dos principais pontos desta, faz-se um paralelo entre as ações efetivamente tomadas com relação aos refugiados congoleses em Ruanda e as premissas nas quais se baseia a Governança Global. O objetivo do texto é lançar um novo olhar sob a questão do refugiado, buscando compreender se, ao lidar com o tema, a ação conjunta em vários níveis de organização social é capaz de gerar melhores resultados.

**2. O REFÚGIO NA ÁFRICA: EVOLUÇÃO DO CONCEITO E OS CONFLITOS ARMADOS**

O relatório estatístico do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), publicado em junho de 2012, estima que haja no

mundo cerca de 15,2 milhões de refugiados, sendo que mais de 800 mil adquiriram esta condição apenas no ano 2011 (ACNUR, 2012). Inicialmente tratado como algo limitado à Europa na década de 1950 em decorrência da Segunda Guerra Mundial, o problema dos refugiados mostrou-se muito mais abrangente, tornando necessária a ampliação do conceito inicialmente estabelecido pela Convenção de Genebra de 1951. Já nas décadas seguintes, acompanhando a tendência inaugurada pelo Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados<sup>ii</sup>, outras regiões do globo adotaram definições próprias e mais abrangentes com relação ao refúgio (FERRAZ; HAUSER, 2002). Mantendo o que já fora conquistado até então em relação aos direitos dos refugiados, estas convenções buscaram adaptar a matéria às situações regionais específicas.

Na África, coube à Organização de Unidade Africana (OUA) criar, em 1969, a Convenção da OUA que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados na África. Com entrada em vigor no ano de 1974, o tratado define que:

a) O termo refugiado aplica-se a qualquer pessoa que, receando com razão, ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontra fora do país da sua nacionalidade e não possa, ou em virtude daquele receio, não queira requerer a protecção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país da sua anterior residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude desse receio, não queira lá voltar.

b) O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutra lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade.<sup>iii</sup> (Grifo meu)

A partir desta definição, a proteção aos refugiados pode alcançar os afetados por um dos flagelos que castigam o continente africano: os conflitos internos armados. Os números trazem uma dimensão do problema: somente entre os anos de 1989 e 2009 foram contabilizados na África 41 conflitos armados, mais do que em qualquer outra região do globo. (HARBOM; WALLENSTEEN, 2010) Caracterizados “*by a diversity of irregular military actors including paramilitary groups, militias, insurgents, warringtribes, bandits, feral gangs, terrorists, and private military companies*” (FARREL; SCHMITT, 2012, p. 5), estes conflitos distinguem-se dos tradicionais combates interestatais por não buscarem unicamente a destruição de forças inimigas e a ocupação de territórios, mas principalmente a pilhagem e o domínio da população local. Os habitantes destas regiões vêem-se forçados a abandonarem seus lares, a fim de fugir dos efeitos causados pelos conflitos. Enquanto alguns buscam outras áreas do próprio país para viver – os chamados deslocados internos –, outros atravessam a fronteira e rumam para outro Estado em busca de proteção. O destino dessas pessoas é, na maioria dos casos, um só: um campo de refugiados (FARREL; SCHMITT, 2012).

### 3. INSTABILIDADES DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO E A FUGA PARA RUANDA

A República Democrática do Congo é um dos países africanos que há anos convive com os conflitos armados internos. Na década de 1990, as hostilidades de milícias armadas independentes, tanto entre si quanto contra forças do governo, geraram graves distúrbios. A primeira década dos anos 2000 foi igualmente transtornada (SILVA, 2011). Apesar de aparentes avanços em 2003 na busca de uma resolução pacífica para os conflitos com as milícias<sup>iv</sup>, o ano de 2008 presenciou o retorno das hostilidades, que resultaram numa nova tentativa de paz através de acordo assinado já no ano seguinte. Três anos depois, em 2012, o conflito aberto volta a atingir os congoleses, quando membros das forças oficiais congolesas desertam e constituem

uma nova milícia armada, autointitulada M23.<sup>v</sup>

Um dos resultados deste histórico de instabilidades é a existência de quase 500 mil refugiados de origem congoleza contabilizados pelo ACNUR até janeiro de 2012.<sup>vi</sup> Destes, mais de 50 mil buscaram abrigo em Ruanda, país vizinho à República Democrática do Congo. Dividindo uma fronteira de 217 km com as províncias congolezas de Kivu Norte e Kivu Sul<sup>vii</sup> – as mais instáveis do país –, Ruanda recebe refugiados congolezes desde a década de 1990, período no qual eclodiram os primeiros conflitos armados de grandes proporções na RDC.

Em 1996, ano em que inicia a Primeira Guerra do Congo, é criado o campo de refugiados Kiziba, nas proximidades da cidade de Kibuye<sup>viii</sup>. Gerido pelo governo de Ruanda, com suporte técnico e financeiro do ACNUR, Kiziba abriga quase 19 mil refugiados de origem congoleza.<sup>ix</sup> Com 27 hectares de extensão, o campo foi criado como resposta ao grande fluxo de congolezes que se dirigiram a Ruanda, fugindo dos conflitos que então ocorriam na província congoleza de Kivu Norte.<sup>x</sup> No mesmo ano é criado o campo de Gihembi, também em resposta aos conflitos armados internos na República Democrática do Congo. Localizado a 60 km da capital ruandesa, Kigali, e a 200 km da fronteira de Ruanda com a RDC, Gihembi é o lar de aproximadamente 20 mil congolezes.<sup>xi</sup>

Quase dez anos depois, os novos conflitos na província de Kivu do Norte causaram a superlotação dos campos de refugiados já existentes. O governo de Ruanda pede ajuda ao American Refugee Committee (ARC)<sup>xii</sup> que, em abril de 2005, cria o campo de Nyabiheke. Inicialmente projetado para receber cinco mil refugiados, o campo acolheu novos influxos de congolezes nos anos de 2007 e 2008, fazendo o número de habitantes saltar de cinco para 15 mil no fim da primeira década dos anos 2000.<sup>xiii</sup>

O retorno das hostilidades em abril de 2012 fez surgir novas levas de refugiados. Somente no período entre abril e junho deste ano mais de dez mil congolezes atravessaram a fronteira da RDC em busca de abrigo em Ruanda<sup>xiv</sup>. Com a superlotação do centro de trânsito Nkamira<sup>xv</sup>, surge a necessidade de criar-se um novo campo de refugiados. No começo de junho de 2012, o

governo de Ruanda, juntamente com o ACNUR, anuncia a abertura do campo Kigeme.<sup>xvi</sup> Um mês após sua inauguração, Kigeme já abrigava dez mil congolezes, enquanto mais de oito mil aguardavam em Nkamira sua vez de serem transferidos.<sup>xvii</sup>

#### 4. ASSISTÊNCIA AOS CONGOLOSES EM RUANDA: UM PANORAMA

O governo de Ruanda, o ACNUR e grupos internacionais como o World Food Programme (WFP) e a American Refugee Committee (ARC)<sup>xviii</sup> atuam nos campos de refugiados visando oferecer as melhores condições de vida possíveis aos que ali habitam. Milhares de congolezes chamam os campos ruandeses de “casa” há mais de 15 anos, e o retorno à terra natal em condições seguras não parece uma perspectiva real no curto prazo. A assistência nestes campos torna-se, portanto, fundamental, já que eles são mais que moradias temporárias, tornando-se verdadeiros lares para famílias inteiras, tanto as que chegaram juntas a Ruanda quanto aquelas que se formaram já na condição do refúgio.

No que tange à satisfação das necessidades básicas de sobrevivência, os esforços parecem ser bem sucedidos. O acesso a alimento em quantidade necessária é garantido na maior parte do ano, salvo exceções em períodos de escassez temporária de alguns suprimentos. Durante estes períodos, busca-se remediar a situação através da agricultura local de pequena escala, que fornece alguns víveres para abastecimento. O suprimento de água varia de acordo com o campo, numa média de sete até 20 litros diários disponíveis por pessoa.<sup>xix</sup> Aos refugiados são fornecidas moradias individuais para cada família. A maioria das casas é construída “*with wooden poles with the sides covered with mud and the roofs made from plastic sheeting*”.<sup>xx</sup> Os campos também contam com atendimento médico em postos locais: os casos mais graves são enviados para hospitais em cidades ruandesas próximas.<sup>xxi</sup> Quanto à educação, os refugiados podem matricular seus filhos em escolas primárias, montadas dentro dos limites dos campos.<sup>xxii</sup>

Em uma análise inicial, a situação dos

refugiados congolezes abrigados em Ruanda parece satisfatória. De fato, apesar de persistirem casos de anemia e desnutrição<sup>xxiii</sup>, é garantido aos habitantes dos campos de refugiados ruandeses o atendimento à suas necessidades mínimas de sobrevivência. Um estudo mais aprofundado, porém, permite perceber que persistem problemas que não devem ser desconsiderados.

Uma das dificuldades enfrentadas pelos refugiados é a falta de oportunidades. Sem esperanças de retornarem tão cedo à República Democrática do Congo, os congolezes permanecem dependentes da ajuda do ACNUR e outras entidades.<sup>xxiv</sup> Apesar de alguns jovens terem acesso a cursos de alfaiataria, artes culinárias e engenharia elétrica<sup>xxv</sup>, são poucas as vagas de emprego disponíveis. Em visita ao campo de Gihembi no ano de 2010, repórteres da Agência Brasil relatam que “segundo os moradores, há gente com diploma que vive ali, sem perspectiva, esperando há anos para poder voltar para casa. O máximo que consegue é dar aulas na escola primária.”<sup>xxvi</sup> Muitos jovens, sem ter o que fazer após os 14 anos – idade na qual terminam os estudos primários oferecidos aos refugiados –, envolvem-se com drogas, violência e prostituição.<sup>xxvii</sup> Habitantes do campo de Kigeme afirmam que “*inactivity in the camp, mainly among the youth, is leading some individuals to involve in negative activities*”.<sup>xxviii</sup>

Segundo o ACNUR, a pouca disponibilidade de terras para a ampliação dos campos faz com que cada refugiado disponha, em média, de 16,2 metros quadrados para seu uso, quando o padrão recomendado é de 45 metros. O pouco solo disponível é pobre, fato que não permite o desenvolvimento agrícola em grande escala que, como consequência, dificulta a produção de alimentos e barra a criação de empregos na lavoura.<sup>xxix</sup>

O aumento da população residente nestes campos tende a agravar os problemas existentes, além de trazer novos desafios. Segundo o ACNUR:

*With populations growing by some 30 births a month, the substandard conditions are made even worse by the lack of durable roofing materials and*

*latrines. Such conditions have far-reaching consequences, and could lead to sexual and gender-based violence, HIV and AIDS, early pregnancies and increased high school drop-out rates for girls, prostitution, and protection and psychosocial risks for children and other vulnerable individuals.*<sup>xxx</sup>

Reportagens produzidas pela mídia ruandesa mostram que a prostituição e gravidez precoce já são realidade em alguns campos. São vários os casos de adolescentes pobres e sem perspectivas que aceitam dinheiro de homens de fora do campo – os únicos que dispõem de alguma renda – em troca de favores sexuais. Sem acesso a métodos contraceptivos, muitas engravidam ainda jovens. As poucas palavras de uma habitante do campo de Kiziba revelam a situação desesperadora destas garotas: “*how can you force a man to use a condom when he offers to give you money [?]*”.<sup>xxxi</sup> Também há relatos de raptos e violência sexual contra meninas jovens e mulheres adultas.<sup>xxii</sup>

Em meio à desesperança e falta de horizontes otimistas, surgem alguns casos pontuais de refugiados que tentam romper o ciclo de total dependência externa, agindo localmente para conseguirem renda extra e melhora em suas condições de vida. É o caso, por exemplo, de Desanges Mukashema, que abandonou a República Democrática do Congo em 2012 e, no campo de refugiados de Kigeme, retomou a atividade que a sustentava em sua terra natal: a costura. O dinheiro ganho com o serviço, apesar de pouco, é útil para complementar os suprimentos que recebe do governo de Ruanda, do ACNUR e de outras organizações internacionais. Segundo ela, “*the money I earn helps me a lot. I now have the capacity to cater for some basic needs.*”<sup>xxxiii</sup> Enquanto isso, no campo de Kiziba, um gerador sustenta uma pequena barbearia e salão de beleza, além de uma central de carregamento de baterias para celular. Coordenado pela administração do campo, todo o lucro arrecadado com estes serviços é destinado unicamente para melhoras internas em Kiziba, como o investimento em terras para a cultura de alguns alimentos.<sup>xxxiv</sup>

## 5. UMA ANÁLISE DO REFÚGIO SOB A PERSPECTIVA DA GOVERNANÇA GLOBAL

Em um mundo no qual as fronteiras tornam-se cada vez mais porosas e os povos se movem em escala global, a questão do refúgio ganha destaque. Nas últimas décadas do século XX, o refugiado é conseqüência não apenas de conflitos interestatais, mas, principalmente, de conflitos ocorridos dentro das fronteiras de seu próprio país de origem (BARNETT, 2002). Sem o amparo da máquina estatal, milhares vêm-se obrigados a abandonar seus lares, buscando proteção na figura de um país estrangeiro.

Mediante esta nova realidade – na qual o refúgio pode ser encarado como conseqüência da ineficiência do Estado em prover segurança a seus cidadãos –, surge a oportunidade de analisar a questão através de uma ótica diferente daquela adotada pelos seguidores de teorias tradicionais das Relações Internacionais. Ao envolver questões como a noção clássica de soberania estatal, os direitos humanos, tratados internacionais e a possibilidade de atuação do terceiro setor, o problema do refúgio toca não apenas a esfera estatal, mas também outros níveis sociais diretamente preocupados com estas questões. Abre-se, assim, espaço para a análise do tema através da perspectiva da Governança Global, buscando uma melhor compreensão dos papéis desempenhados pelos diversos atores no tratamento do tema. O caso dos refugiados da República Democrática do Congo em Ruanda fornece, por fim, um exemplo prático de uma situação na qual a interação entre diversos níveis pode contribuir para a melhor condução do tema.

### 5.1 A GOVERNANÇA GLOBAL

O uso do termo “governança global” começa a ganhar força no fim da década de 1980, quando a Guerra Fria caminhava para seu término. Foi a partir daí que “juntamente com o crescente interesse mundial no processo de democratização, emergiu também uma preocupação com as instituições e com a questão da governança”, que passou a ser vista “como uma condição necessária para reformas efetivas

e também servindo a uma nova retórica sobre participação e responsabilidade democráticas” (RONIZE, 2004, p.1).

As primeiras reflexões sobre o termo “governança” são colocadas pelo Banco Mundial na década de 1990 (GONÇALVES, 2005). Já nas primeiras páginas de seu documento de 1992, intitulado “*Governance and Development*”, a instituição define o termo como “*the manner in which power is exercised in the management of a country's economic and social resources for development*” (WORLD BANK, 1999, p.1). Ainda na mesma década, o termo “governança global” é definido pela Comissão sobre Governança Global da Organização das Nações Unidas como:

*“The sum of the many ways individuals and institutions, public and private, manage their common affairs. It is a continuing process through which conflicting or diverse interests may be accommodated and cooperative actions may be taken.”<sup>xxxv</sup>*

A definição da Comissão segue em suas considerações sobre o termo, afirmando que a “governança global”, até então compreendida apenas como as relações intergovernamentais entre os diferentes Estados, “*must now be understood as also involving non-governmental organizations (NGOs), citizens' movements, multinational corporations, and the global capital market*”, juntamente com a mídia de massas.<sup>xxxvi</sup>

A produção acadêmica sobre governança global que surge a partir deste momento mostra-se variada, com diversos autores adotando versões próprias sobre o conceito. No debate acadêmico, o termo é muitas vezes utilizado quando se deseja nomear algum tipo de processo ou estrutura política que não dependa exclusivamente da figura do Estado. Este tipo de emprego carece de solidez, uma vez que não oferece real contribuição ao entendimento do fenômeno da governança global, seu funcionamento e suas características. O uso descuidado, que apresenta o termo de maneira tão vaga, contribuiu para aumentar a confusão que paira sobre a questão da governança global, limitando o avanço dos estudos sobre o tema.

Preocupados com este fato, Dingwerth e

Pattberg (2006), em seu artigo intitulado “*Global Governance as a Perspective on World Politics*”, argumentam que o uso mais cuidadoso do termo se faz necessário para superar a confusão atual e permitir o desenvolvimento de teorias mais coerentes sobre o tema. Tomando como base o fator finalidade, os autores distinguem dois usos para o termo: 1) o que chamam de uso analítico, “*that attempts to capture the – actual, perceived, or constructed – reality of contemporary world politics*” (2006, p. 189), em outras palavras, uma realidade observável e; 2) o uso normativo, “*Used to denote a specific political program, expressing either a normative perspective on how political institutions should react to the reduced steering capacity of national political systems or a critical perspective that refers to global governance as a hegemonic discourse*” (2006, p. 189)

Tomando como base a análise feita pelos autores supracitados, opta-se por considerar a governança global em seu aspecto analítico. Para tal, faz-se necessário abordar com maior atenção algumas importantes características atribuídas à governança global sob esta perspectiva. Primeiramente, pode-se abordar como premissa básica da Governança Global a constatação “*that a plethora of forms of social organization and political decisionmaking exist that are neither directed toward the state nor emanate from it*” (2006, p. 191). A hierarquia tradicionalmente estabelecida pelas demais teorias, que colocam o Estado acima de todos os outros atores, desaparece. Agora figuram ao seu lado outros participantes do cenário internacional: ONGs, empresas transnacionais, Organizações Internacionais, a mídia de massas e muitos outros. “*In essence, global governance implies a multiactor perspective on world politics.*” (2006, p. 191)

O termo governança global traz consigo o entendimento de que a política – ao contrário do padrão clássico de abordagem no qual as relações entre Estados são analisadas em separado das relações em outros níveis sociais – é na verdade um sistema composto por diversos níveis, no qual processos políticos locais, nacionais, regionais e globais estão unidos de maneira inseparável. Trata-se de admitir que as ideias e ações adotadas em determinado âmbito

– comunidade local, sindicato, Organização Internacional, empresa ou Estado – geram e sofrem os efeitos diretos ou indiretos das ações dos demais. (2006, p. 192)

Sendo compreendida como dinâmica e flexível, a governança global não prevê a existência de um único meio de negociação. Sendo o cenário composto por uma multiplicidade de atores além do Estado, os canais de comunicação são os mais variados. Aqui, têm importância não apenas as negociações interestatais, mas também os processos menos formais que ocorrem entre os demais atores, tanto públicos quanto privados. (2006, p. 192)

Por fim, ao considerar-se a perspectiva da governança global, concebe-se a existência de novas formas de autoridade independentes do Estado. Tratam-se de fontes de liderança alternativas, diferentes do tradicional modelo no qual o Estado é a única entidade com a capacidade de tomar decisões efetivas e geradoras de resultados. Dingwerth e Pattberg ilustram esta afirmação mencionando, por exemplo:

“*Private interfirm regimes that regulate whole market segments; private standard-setting cooperations between different societal actors; transnational advocacy networks that exercise moral authority in issue areas ranging from biodiversity to human rights; and illicit authorities, such as the mafia or mercenary armies*” (2006, p. 193).

## 5.2 O REFUGIADO: RESPONSABILIDADE DE VÁRIOS ATORES

As profundas transformações pelas quais o mundo passou e ainda passa alteraram o relacionamento entre o Estado e sociedade. Este fato “trouxe como consequência uma mudança no papel do Estado nacional (não sua extinção, mas certamente uma reconfiguração) e suas relações no cenário internacional”, impulsionando “a discussão sobre os novos meios e padrões de articulação entre os indivíduos, organizações, empresas e o próprio Estado, deixando clara a importância da governança em todos os níveis” (GONÇALVES, 2005, p. 3). A globalização<sup>xxxvii</sup>,

em seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, mudou o comportamento tradicionalmente esperado dos atores internacionais, fazendo com que assuntos antes considerados de competência exclusiva do Estado sejam, agora, divididos com um número maior de participantes.

Um dos temas a ser contestado como encargo exclusivo do Estado é a segurança do ser humano. Segundo Axworthy, *“hobbled by economic adversity, outrun by globalization, and undermined from within by bad governance, the capacity of some states to provide this protection has increasingly come into question”* (2001, p. 19). Esta incapacidade seria facilmente observável ao analisarem-se as sociedades atingidas por conflitos, nas quais o Estado – quando não é ele mesmo uma ameaça aos seus cidadãos – é incapaz de promover proteção mediante a atuação autônoma de senhores de guerra e grupos paramilitares. Esta constatação levaria a questão da proteção à vida humana para além das fronteiras estatais, inserindo o tema da garantia de segurança no debate internacional e colocando-o como responsabilidade não apenas de governos centralizados, mas também de uma gama maior de atores. Assim, ainda segundo o autor, haveria a necessidade de abandonar o rígido discurso dos direitos dos Estados e da soberania, fazendo com que questões como a proteção de civis deixem de ser abordadas através de um conjunto de posturas unilaterais e transformem-se num diálogo.

Partindo destas percepções, pode-se afirmar que o problema dos refugiados originários de conflitos armados internos está diretamente relacionado à incapacidade estatal de prover a segurança de seus cidadãos. Ao não encontrarem proteção em seu país de origem, vivendo numa situação de vulnerabilidade mediante a ação de grupos armados autônomos, muitos enxergam a fuga para outro Estado como a única maneira de garantir a sobrevivência própria e de seus familiares. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados:

*“Generalmente los gobiernos garantizan los derechos humanos básicos y la seguridad física*

*de sus ciudadanos, pero cuando las personas se convierten en refugiados esta red de seguridad desaparece. Los refugiados que huyen de la guerra o de la persecución a menudo están en una situación muy vulnerable, ellos no tienen la protección de su propio Estado.”<sup>xxxviii</sup>*

Tomando como premissa a constatação supracitada de que, sendo os Estados incapazes de garantir de maneira autônoma a proteção de seus cidadãos, a segurança humana torna-se responsabilidade de uma gama maior de atores internacionais, é possível concluir que o instituto do refúgio segue a mesma lógica.

Partindo desta afirmação, entende-se que a abordagem do problema do refúgio pela ótica da Governança Global pode ser utilizada como uma rica maneira de análise da questão. Adotar esta perspectiva implica aceitar que o refúgio não pode ser considerado unicamente como problema a ser resolvido no âmbito das negociações interestatais. Também leva a aceitar que, apesar da grande relevância dos tratados internacionais sobre o tema e das agências internacionais oficialmente destinadas a tratar da questão, estes não são suficientes para garantirem a proteção e assistência ao refugiado. A abordagem eficaz da questão deve ser realizada num ambiente composto por múltiplos atores, nos quais o Estado e as Organizações Internacionais desempenham papel importante ao lado de outras formas de organização social. Não se trata de excluir nenhum dos participantes do cenário internacional do tema, mas sim de analisar uma redistribuição das responsabilidades relacionadas ao refúgio e o modo como esta nova configuração aperfeiçoa o tratamento da questão.

De fato, cada ator desempenha um papel diferenciado no que tange ao instituto do refúgio. Somadas, estas diferentes atuações geram um complexo panorama de relações, que permitem observar o alto grau de influência que as ideias e atitudes de um participante possuem sobre as ideias e atitudes dos demais. Uma breve análise das responsabilidades assumidas por alguns dos atores envolvidos na questão do refúgio permite-nos lançar nova luz sobre o tema.

### 5.2.1 Múltiplos atores, múltiplas funções

A figura do Estado desempenha papel fundamental na instituição do refúgio: é dele que provém o reconhecimento ou não de um refugiado. A concessão do *status* de refugiado depende da interpretação adotada pelo Estado mediante um caso concreto. De fato, “*the individual refugee is subject to the right of the state to grant asylum – it is not the right of the individual to gain that status*” (BARNETT, 2002, p. 258). Só há refugiado reconhecido como tal se o Estado assim o entender. Além disso, nenhuma organização internacional ou organização não-governamental estrangeira pode ter acesso aos refugiados sem que o Estado que os acolhe lhes forneça permissão para tal. Por fim, os Estados também contribuem para a garantia da proteção dos refugiados ao fornecerem assistência financeira – tanto para organizações que lidam com o problema quanto para outros Estados que recebem grandes fluxos de refugiados –, oportunidade de restabelecimento do refugiado em seus territórios e o cumprimento do princípio da não-devolução (BECKLUMB; ELGERSMA, 2008).<sup>xxxix</sup>

Os tratados internacionais referentes ao tema do refúgio são de vital importância para a condução de tema. Eles não apenas estabelecem os requisitos que permitem classificar alguém como refugiado, como também definem direitos aos contemplados com esta classificação, bem como parâmetros de tratamento a serem dispensados a estes pelos Estados que os acolhem. A Convenção de 1951 iniciou o processo, instituindo “verdadeiros direitos subjetivos aos refugiados e os correlatos deveres estatais daí decorrentes” (CUNHA, 2008, p. 8), criando o ACNUR e estabelecendo “as condições objetivas para que um indivíduo possa gozar do *status* de refugiado, e, a partir disto, beneficiar-se de direitos que lhe são próprios” (CUNHA, 2008, p. 9). Anos mais tarde, a África, bem como a América Latina, adotou um tratado que amplia a definição do refúgio, adaptando a matérias às realidades locais. Através disso, foi possível estender a proteção ao refugiado a uma gama maior de pessoas, que não se encaixariam na definição inicialmente adotada na década de 1950 (CUNHA, 2008).

Das organizações e agências internacionais

ligadas à questão do refúgio, ganha destaque o ACNUR. Atualmente, a organização realiza uma série de funções com relação aos refugiados, das quais se podem destacar: 1) a garantia da manutenção e eficácia de um regime de Direito Internacional para a questão dos refugiados; 2) a garantia da proteção legal efetiva àqueles reconhecidos como refugiados; 3) a coordenação e gerenciamento de campos de refugiados e do abastecimento das necessidades básicas de seus habitantes, diretamente ou pela prestação de auxílio aos responsáveis por estas instalações, e; 4) a busca por soluções duradouras para o problema do refúgio, seja através do repatriamento voluntário ao país de origem ou da promoção de integração local e do assentamento do refugiado ao Estado no qual buscou abrigo (ACNUR, 2009).

O terceiro setor também atua diretamente com a questão dos refugiados. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) são, muitas vezes, as primeiras a chegarem aos que necessitam de apoio em uma emergência. As ONGs, através de sua presença e envolvimento direto com os indivíduos que necessitam de apoio, podem ajudar na proteção dos refugiados de diversas maneiras, assumido desde a função de levar ao conhecimento público os acontecimentos daquela localidade, a fim de angariar apoio, até o encargo de fornecer assistência direta através de serviços sociais, educacionais e médicos.<sup>xl</sup>

As ONGs também desempenham outro papel fundamental: o de envolver o próprio refugiado na solução de seus problemas. Trata-se de retirá-los da posição passiva na qual são normalmente colocados, tornando-os agentes ativos na tentativa de ver cumprirem-se os direitos a eles garantidos, bem como na busca de respostas para as questões que os afetam em seu cotidiano.

*“NGO staff can help protect refugees by involving them in all aspects of planning and maintaining assistance activities. Refugees know and understand their own communities better than anyone. They should always participate in determining the need of their community and planning and designing programs to meet those needs. By doing so, mutual trust and confidence will grow, NGO staff will have access to the*

*broadest possible refugee population, and the refugees will retain their self-respect and self-confidence. All refugee men, women and children, not just their representatives, should be included in these activities.*<sup>xli</sup>

### 5.3 RESULTADOS DE UMA AÇÃO CONJUNTA: A ATUAÇÃO EM VÁRIOS NÍVEIS E SEUS EFEITOS NOS CAMPOS DE REFUGIADOS CONGOLESES EM RUANDA

As ações supracitadas assumidas por alguns atores participantes da gestão da temática do refúgio geram, quando isoladas, poucos resultados realmente positivos. A análise do conjunto destas ações, porém, evidencia um alto grau de complementaridade entre as mesmas, mostrando a importância que a atuação em diversos níveis adquire no que diz respeito ao tratamento do problema dos refugiados.

Estas relações de complementaridade são complexas e interligam todas as esferas envolvidas, mostrando que todas as ideias e ações de determinado ator influenciam e são influenciadas pelas ideias e ações dos demais atores. O caso dos mais de 50 mil refugiados congoleses em Ruanda traz consigo o exemplo dos benefícios que a interação dos vários níveis de atuação traz para a resolução do problema, que se dá através do trabalho conjunto realizado pelo governo, pelo ACNUR e pelas diversas ONGs atuantes no país.

É importante ressaltar que Ruanda, como qualquer outro Estado, carrega limitações e problemas com os quais precisa arcar. O país possui um histórico de conflitos internos próprios, dos quais o genocídio de 1994 – no qual cerca de 800 mil pessoas foram mortas num período de cem dias – é o exemplo mais conhecido.<sup>xlii</sup> Com 90% de sua população dedicada à agricultura de subsistência, Ruanda conta um PIB *per capita* de \$1.400 dólares e, apesar de apresentar certa melhora em seus indicadores econômicos nos últimos anos<sup>xliii</sup>, está longe de ser um país com grandes somas de recursos disponíveis para questões como o acolhimento de refugiados. É provável que, na ausência destes fatores, a atuação de Ruanda junto aos refugiados fosse mais intensa. De qualquer forma, é preciso

reconhecer, de acordo com as informações levantadas, que o país empenha-se em auxiliar os congoleses da melhor maneira possível. O governo de Ruanda não apenas reconhece os solicitantes de refúgio vindos da República Democrática do Congo, como também permite que o ACNUR e as ONGs trabalhem diretamente com eles, auxiliando no processo administrativo.<sup>xliiv</sup> Também concede terras para a criação dos campos de refugiados e busca responder com prontidão às necessidades elencadas pelas organizações atuantes no país, a exemplo da abertura de um novo campo de refugiados, em parceria com o ACNUR, mediante o novo fluxo de refugiados congoleses iniciado em 2012.<sup>xliiv</sup>

O ACNUR, por sua vez, cuida da administração dos campos, elegendo prioridades e identificando dificuldades a serem vencidas, sendo também o responsável pelo registro dos refugiados e pela provisão de víveres básicos (CRISP; SLAUGHTER, 2009). Tornou-se senso comum colocar sobre os ombros da ACNUR o papel de zelar pela proteção e pelos direitos dos refugiados. É perceptível, porém, que a organização é incapaz de realizar esta tarefa sozinha, e que sua atuação torna-se mais eficiente quando há o trabalho conjunto com outras esferas de organização social.

*“In order to address the outsized role of UNHCR in protracted refugee situations, there must be a broader recognition that the organization is not the only member of the humanitarian community or the UN system that has a substantive role to play in this area. When people flee from their own country, cross an international border and acquire the status of refugee, they naturally become of direct and immediate concern to UNHCR. But in becoming refugees, they do not cease to be of concern to other actors within and outside the UN-actors whose mandate and activities lie in areas other than humanitarian relief, such as socio-economic and community development, education and training, agriculture and micro-finance. The search for effective responses to protracted refugee situations should not be regarded as the fiefdom of UNHCR, but as a responsibility to be shared with - and amongst -*

*these other actors* (CRISP; SLAUGHTER, 2009, p. 13).

Quanto às ONGs, estas auxiliam na administração dos campos, sendo que em alguns casos – como no campo de Nyabiheke, construído em 2005 sob os auspícios do grupo American Refugee Committee (ARC)<sup>xlvi</sup> –, elas assumem responsabilidade integral pela manutenção das instalações. Também atuam a fim de prover água, alimento e serviços de atendimento médico ao refugiado, além de realizarem trabalhos no combate à violência e na proteção de crianças e adolescentes.<sup>xlvii</sup>

Os frutos deste trabalho são mostrados em alguns relatórios produzidos pelo ACNUR sobre a situação de Ruanda no que diz respeito aos refugiados. Apesar de persistirem algumas dificuldades a serem vencidas – a ausência de bons solos para o plantio e pouco acesso a níveis mais elevados de educação escolar, por exemplo – observa-se que foram alcançados os padrões necessários para garantir um ambiente salubre aos refugiados que habitam os campos. Pode-se destacar, por exemplo: o oferecimento de atendimento médico básico a todos os habitantes do campo, bem como assistência especial para os casos mais severos; os baixos índices de desnutrição geral; o alto índice de matrículas nas escolas primárias; a prestação de assistência a todas as vítimas registradas de violência sexual<sup>xlviii</sup>. Não se trata, com certeza, de um quadro perfeito, sendo que a própria ACNUR reconhece que são vários os problemas ainda existentes nos campos de refugiados de ruandeses. Comparando-se, porém, a situação dos congolese em Ruanda com o de outros refugiados espalhados pelo mundo – como é o recente caso, por exemplo, dos sírios que buscaram abrigo na fronteira com a Turquia<sup>xlix</sup> – observa-se que se trata de um quadro muito mais favorável. Este fato pode ser creditado não apenas a um dos atores envolvidos na questão, mas, sim, ao conjunto de suas ações: uma amostra do potencial que a cooperação entre vários atores, com vistas a atingir um objetivo comum, é capaz de gerar resultados, senão ideais, no mínimo satisfatórios.

## 6. CONCLUSÃO

A análise das informações levantadas com relação aos refugiados da RDC que vivem em Ruanda permite observar que, de fato, são várias as conquistas alcançadas com relação à assistência adequada a estas pessoas. Neste sentido, é de fácil percepção a importância que cada um dos vários atores envolvidos neste processo possui. Apesar do papel proeminente do ACNUR, a atuação em outros níveis – Estado, ONGs e os próprios refugiados – é vital para garantir a ajuda necessária.

Com relação assistência básica – alimento, água, moradia, serviços de saúde – os dados mostram que se alcançou grande sucesso. O problema persiste, porém, no que diz respeito às demais necessidades dos refugiados, que vão além da mera subsistência: são aquelas relacionadas às questões humanas, e envolvem especialmente a falta de perspectivas com relação ao futuro.

Considerando que o tempo de estadia nos campos é, por vezes, muito longo – chegando até a mais de uma década em alguns casos – a ajuda deve ir além do mero fornecimento de refeições diárias e um teto. Os depoimentos aqui apresentados evidenciam que estes refugiados não desejam manterem-se dependentes da ajuda de terceiros para sobreviverem: querem caminhar com as próprias pernas, retomando a autonomia que perderam no momento em que abandonaram seus lares.

Com relação a este problema, percebe-se que ainda há um longo caminho a ser trilhado. É preciso oferecer mais do que a educação primária, permitindo que estas pessoas tenham acesso a cursos de nível superior e sejam capazes de formarem-se e adquirirem uma profissão. Em conjunto com a formação, devem ser disponibilizadas vagas de emprego, para que os refugiados tenham a oportunidade de trabalharem, exercendo uma profissão e conseguindo renda própria, a fim de diminuir ou eliminar a dependência com relação à ajuda de Organizações Governamentais e ONGs de assistência.

As premissas da Governança Global podem servir como um interessante ponto de análise

sobre as melhores maneiras de lidar com a questão. Observando que os avanços conquistados na provisão das necessidades básicas dão-se devido à atuação de vários atores, é possível admitir que a resolução do problema da falta de perspectivas também pode ocorrer da mesma forma. Neste sentido, são muitos os meios pelos quais este objetivo pode ser alcançado. É perceptível que a discussão a respeito do refúgio não está encerrada, uma vez que nem todos os problemas foram solucionados. De fato, enquanto ainda existir a figura do refugiado no globo – seja ele congolês ou de qualquer outra nacionalidade – haverão questões a serem respondidas e espaço para discuti-las. O principal objetivo do debate deve ser um só: pensar formas de promover não apenas a sobrevivência, mas o desenvolvimento dos refugiados como seres humanos.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Ronize Aline Matos. Conceito de Governança Global: Problema da Reforma das Nações Unidas. 2004. Disponível em <<http://www.ronizealine.eti.br/download/conceitod egovernancaglobal.pdf>> Acesso em 1 de dezembro de 2012
- ACNUR. La Protección de los Refugiados y el papel de ACNUR -2008-2009. 2009. Disponível em <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc .php?file=biblioteca/pdf/7029>> Acesso em 4 de dezembro de 2012
- ACNUR. A Year of Crisis – UNHCR Global Trends 2011. 2012. Disponível em <<http://www.unhcr.org/4fd6f87f9.html>> Acesso em 16 de outubro de 2012.
- ACNUR. Protecting Refugees: a Field Guide for NGOs. Disponível em: <<http://www.unhcr.or.jp/protect/pdf/ProtectingRefugees-FieldGuideforNGOs.pdf>> Acesso em 4 de dezembro de 2012
- AXWORTHY, Lloyd. Human Security and Global Governance: Putting People First. *Global Governance*, Cambridge, vol. 7, p. 19-23, Jan-Mar 2001. Disponível em <<http://marketcivilization-in-oz.wikispaces.com/file/view/Axworthy+Human+Security.pdf>> Acesso em 3 de dezembro de 2012
- BARNETT, Laura. Global Governance and the Evolution of the International Refugee Regime. *Oxford University Press*, 2002. Disponível em <<http://oppenheimer.mcgill.ca/IMG/pdf/Barnett.pdf>> Acesso em 4 de dezembro de 2012
- BECKLUMB, Penny; ELGERSMA, Sandra; PHILLIPS, Karin. Refugee Protection: the International Context. Parliamentary Information and Research Service from Canada, 2008. Disponível em <<http://www.parl.gc.ca/content/LOP/ResearchPublications/bp280-e.pdf>> Acesso em 5 de dezembro de 2012
- CRISP; Jeff, SLAUGHTER, Amy. A surrogate state? The role of UNHCR in protracted refugee situations. Policy Development and Evaluation Service, UNHCR; 2009. Disponível em <<http://www.unhcr.org/4981cb432.html>> Acesso em 5 de dezembro de 2012
- CUNHA, Ana Paula. Asilo, Refúgio e a Responsabilidade Internacional do Estado. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, 3º quadrimestre de 2008. Disponível em <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Ana%20Paula%20da%20Cunha.pdf>> Acesso em 4 de dezembro de 2012
- DINGWERTH, Klaus; PATTBERG, Philipp. Global Governance as a Perspective on World Politics. *Global Governance*, Cambridge, vol. 12, p. 185-203, 2006. Disponível em <[http://www.glogov.net/images/doc/GG12\\_2\\_Dingwerth\\_Pattberg1.pdf](http://www.glogov.net/images/doc/GG12_2_Dingwerth_Pattberg1.pdf)> Acesso em 3 de dezembro de 2012
- FARRELL, Theo. SCHMITT, Olivier. The Causes, Character and Conduct of Armed Conflict, and the Effects on Civilian Population, 1990-2010. 2012. Disponível em <<http://www.unhcr.org/4f8d606d9.pdf>> Acesso em 16 de outubro de 2012
- FERRAZ, Daniel Amin; HAUSER, Denise. A Nova Ordem Mundial e os Conflitos Armados. Belo Horizonte: Editora Mandamentos, 2002
- GONÇALVES, A. F. O Conceito de Governança. In: XIV Congresso Nacional CONPEDI, 2005, Fortaleza. Anais do XIV Conpedi 2005. Disponível em <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>> Acesso em 23 de novembro de 2012
- HARBOM, Lotta; WALLENSTEEN, Peter. Armed Conflicts: 1946-2009. *Journal of Peace Research*,

v. 47, julho de 2010. Disponível em <<http://jpr.sagepub.com/content/47/4/501.full.pdf+html>> Acesso em 22 de outubro de 2012

SILVA, Igor Castellano da. Guerra e Construção do Estado na Rep. Democrática do Congo: a definição militar do conflito como pré-condição para a paz. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31730>> Acesso em 2 de outubro de 2012

The World Bank. Governance and Development. Washington, D.C. 1992. Disponível em <[http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1999/09/17/000178830\\_98101911081228/Rendered/PDF/multi\\_page.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1999/09/17/000178830_98101911081228/Rendered/PDF/multi_page.pdf)> Acesso em 1 de dezembro de 2012

Convenção da Organização de Unidade Africana que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África. Disponível em <[http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/convencao\\_oua.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/convencao_oua.pdf)> Acesso em 16 de outubro de 2012.

SITE <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-09-22/em-ruanda-refugiados-congoleses-estao-seguros-mas-querem-voltar-para-casa>> Acessado em 28 de agosto de 2012

SITE <<http://cdn.radionetherlands.nl/africa/article/m23-rebels-breed-fear-congo-border-town>> Acesso em 30 de outubro de 2012

SITE <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e45c366&submit=GO>> Acesso em 30 de outubro de 2012

SITE <[http://en.wikipedia.org/wiki/Geography\\_of\\_Rwanda](http://en.wikipedia.org/wiki/Geography_of_Rwanda)> Acesso em 30 de outubro de 2012

SITE <[http://blogs.state.gov/index.php/site/entry/congolese\\_refugees\\_rwanda](http://blogs.state.gov/index.php/site/entry/congolese_refugees_rwanda)> Acesso em 30 de outubro de 2012

SITE <<http://www.newtimes.co.rw/news/index.php?i=14994&a=53685>> Acesso em 30 de outubro de 2012

SITE <[http://www.arcrelief.org/site/PageServer?pagename=index\\_about\\_arc](http://www.arcrelief.org/site/PageServer?pagename=index_about_arc)> Acesso em 5 de novembro de 2012

SITE <<http://www.arc.org.rw/locations/nyabiheke-camp.html>> Acesso em 5 de novembro de 2012

SITE <<http://focus.rw/wp/2012/05/congolese-refugees-to-be-relocated/>> Acesso em 6 de novembro de 2012

refugees-to-be-relocated/> Acesso em 6 de novembro de 2012

SITE <<http://www.acnur.org/t3/noticias/noticia/mas-de-10-mil-refugiados-congoleses-han-llegado-a-ruanda-en-los-ultimos-meses/>> Acesso em 6 de novembro de 2012

SITE <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/acnur-transfere-centenas-de-congoleses-diariamente-para-novo-campo/>> Acesso em 6 de novembro de 2012

SITE <<http://www.unhcr.org/pages/49e45c576.html>> Acesso em 6 de novembro de 2012

SITE <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-09-22/em-ruanda-refugiados-congoleses-estao-seguros-mas-querem-voltar-para-casa>> Acesso em 6 de novembro de 2012

SITE <<http://rwandain2011.blogspot.com.br/2011/06/kiziba-refugee-camp.html>> Acesso em 12 de novembro de 2012

SITE <<http://allafrica.com/stories/201208310482.html?page=2>> Acesso em 6 de novembro de 2012

SITE <<http://www.unhcr.org/50a9f81fb.html>> Acesso em 5 de dezembro de 2012

SITE <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/rw.html>> Acesso em 4 de junho de 2013

SITE <<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-13431486>> Acesso em 5 de junho de 2013

---

<sup>i</sup>Maria Clara Kretzer é graduanda em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, em Balneário Camboriú. E-mail: maria\_clara\_kretzer@hotmail.com

<sup>ii</sup>A Convenção de Genebra de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados trata da questão do refúgio, definindo quais as circunstâncias que permitem considerar alguém como refugiado, bem como seus direitos e proteção de que dispõem. A Convenção de Genebra de 1951 permitia considerar como refugiado aqueles atingidos pelos “acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951” e suas consequências (Art. 1). O Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados foi criado pela percepção de que desde a adoção da Convenção de 1951, novas categorias de refugiados surgiram. Sua grande

contribuição foi ampliar a definição de refugiado ao retirar a limitação temporal até então existente.

<sup>iii</sup>Convenção da Organização de Unidade Africana que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África. Disponível em [http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/convencao\\_oua.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/convencao_oua.pdf) Acesso em 16 de outubro de 2012.

<sup>iv</sup>A Primeira Guerra do Congo (1996 – 1997) foi uma guerra de caráter civil marcada pela forte atuação de forças estrangeiras em território congolês. A presença de milícias estrangeiras, em especial de Ruanda, Burundi e Angola, foi vital para o desenvolvimento do conflito. Seu desfecho deu-se com a queda do presidente Mobutu Sese Seko - então no comando há mais de trinta anos - e sua substituição por Laurent Kabila, que assumiu o poder no país. A Segunda Guerra do Congo (1998 – 2003), também chamada de Guerra Mundial Africana, foi marcada pelo envolvimento de vários Estados africanos da região e pelo importante papel desempenhado pelas guerrilhas armadas. As aspirações nacionalistas de Laurent Kabila levaram seus antigos aliados da Primeira Guerra do Congo a unirem-se novamente, desta vez para retirá-lo do poder. Seu assassinato em 2001 e sua substituição por Joseph Kabila, seu filho, foram fundamentais para a resolução do conflito. “A Segunda Guerra do Congo se encerrou por completo em 2003, quando (...) todas as partes em conversações assinavam o acordo de paz (...) as inconsistências intrínsecas do Acordo de Pretória anunciavam a instabilidade que estava por vir” (SILVA, 2011, p. 125-126) Para mais informações sobre os conflitos e as milícias que os integram, consultar SILVA, 2011.

<sup>v</sup>Disponível em <http://cdn.radionetherlands.nl/africa/article/m23-rebels-breed-fear-congo-border-town> Acesso em 30 de outubro de 2012

<sup>vi</sup>Disponível em <http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/page?page=49e45c366&submit=G> O Acesso em 30 de outubro de 2012

<sup>vii</sup>Disponível em [http://en.wikipedia.org/wiki/Geography\\_of\\_Rwanda](http://en.wikipedia.org/wiki/Geography_of_Rwanda) Acesso em 30 de outubro de 2012

<sup>viii</sup>Disponível em <http://www.newtimes.co.rw/news/index.php?i=14994&a=53685> Acesso em 30 de outubro de 2012

<sup>ix</sup>Disponível em [http://blogs.state.gov/index.php/site/entry/congolese\\_refugees\\_rwanda](http://blogs.state.gov/index.php/site/entry/congolese_refugees_rwanda) Acesso em 30 de outubro de 2012

<sup>x</sup>Disponível em <http://www.newtimes.co.rw/news/index.php?i=14994&a=53685> Acesso em 30 de outubro de 2012

<sup>xi</sup>Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-09-22/em-ruanda-refugiados-congolese-estao-seguros-mas-querem-voltar-para-casa> Acessado em 28 de agosto de 2012

<sup>xii</sup>“The American Refugee Committee is an international nonprofit, nonsectarian organization that has provided humanitarian assistance and training to millions of beneficiaries over the last 30 years. ARC works with refugee communities in 7 countries around the world, helping people regain control of their lives.” Para mais informações sobre o trabalho da ARC, visite [http://www.arcrelief.org/site/PageServer?pagename=index\\_about\\_arc](http://www.arcrelief.org/site/PageServer?pagename=index_about_arc) Acesso em 5 de novembro de 2012

<sup>xiii</sup>Disponível em <http://www.arc.org.rw/locations/nyabiheke-camp.html> Acesso em 5 de novembro de 2012

<sup>xiv</sup>Disponível em <http://www.acnur.org/t3/noticias/noticia/mas-de-10-mil-refugiados-congolenos-han-llegado-a-ruanda-en-los-ultimos-meses/> Acesso em 6 de novembro de 2012

<sup>xv</sup>Os centros de trânsito são locais nos quais os refugiados são registrados e onde podem descansar por alguns dias, antes de serem encaminhados para outro local. Não são projetados para abrigarem grande quantidade de pessoas por longos períodos de tempo. O centro de trânsito Nkamira atua principalmente na recepção de repatriados ruandeses, que fugiram de Ruanda na década de 1990 devido aos conflitos do período e que agora desejam retornar ao seu país de origem. Disponível em <http://focus.rw/wp/2012/05/congolese-refugees-to-be-relocated/> Acesso em 6 de novembro de 2012

<sup>xvi</sup>Disponível em <http://www.acnur.org/t3/noticias/noticia/mas-de-10-mil-refugiados-congolenos-han-llegado-a-ruanda-en-los-ultimos-meses/> Acesso em 6 de novembro de 2012

<sup>xvii</sup>Disponível em <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/acnur-transfere-centenas-de-congolese-diariamente-para->

novo-campo/ Acesso em 6 de novembro de 2012  
<sup>xxviii</sup>Disponível em [http://blogs.state.gov/index.php/site/entry/congolese\\_refugees\\_rwanda](http://blogs.state.gov/index.php/site/entry/congolese_refugees_rwanda) Acesso em 6 de novembro de 2012  
<sup>xxix</sup>Disponível em <http://www.unhcr.org/pages/49e45c576.html> Acesso em 6 de novembro de 2012  
<sup>xxx</sup>Disponível em [http://blogs.state.gov/index.php/site/entry/congolese\\_refugees\\_rwanda](http://blogs.state.gov/index.php/site/entry/congolese_refugees_rwanda) Acesso em 6 de novembro de 2012  
<sup>xxxi</sup>Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-09-22/em-ruanda-refugiados-congolese-estao-seguros-mas-querem-voltar-para-casa> Acesso em 6 de novembro de 2012  
<sup>xxxii</sup>Disponível em <http://www.newtimes.co.rw/news/index.php?i=14994&a=53685> Acesso em 6 de novembro de 2012  
<sup>xxxiii</sup>Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-09-22/em-ruanda-refugiados-congolese-estao-seguros-mas-querem-voltar-para-casa> Acesso em 6 de novembro de 2012  
<sup>xxxiv</sup>Disponível em <http://www.unhcr.org/pages/49e45c576.html> Acesso em 6 de novembro de 2012  
<sup>xxxv</sup>Disponível em <http://www.newtimes.co.rw/news/index.php?i=14994&a=53685> Acesso em 6 de novembro de 2012  
<sup>xxxvi</sup>Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-09-22/em-ruanda-refugiados-congolese-estao-seguros-mas-querem-voltar-para-casa> Acesso em 6 de novembro de 2012  
<sup>xxxvii</sup>Disponível em <http://rwandain2011.blogspot.com.br/2011/06/kiziba-refugee-camp.html> Acesso em 12 de novembro de 2012  
<sup>xxxviii</sup>Disponível em <http://allafrica.com/stories/201208310482.html?page=2> Acesso em 6 de novembro de 2012  
<sup>xxxix</sup>Disponível em <http://www.unhcr.org/pages/49e45c576.html> Acesso em 6 de novembro de 2012  
<sup>xxx</sup>Idem.  
<sup>xxxxi</sup>Disponível em <http://www.newtimes.co.rw/news/index.php?i=14994&a=53685> Acesso em 6 de novembro de 2012  
<sup>xxxii</sup>Idem.  
<sup>xxxiii</sup>Disponível em <http://allafrica.com/stories/201208310482.html> Acesso em 12 de novembro de 2012  
<sup>xxxiv</sup>Disponível em <http://rwandain2011.blogspot.com.br/2011/06/kiziba-refugee-camp.html>

com.br/2011/06/kiziba-refugee-camp.html Acesso em 12 de novembro de 2012  
<sup>xxxv</sup>Disponível em <http://www.gdrc.org/u-gov/global-neighbourhood/chap1.htm> Acesso em 1 de dezembro de 2012  
<sup>xxxvi</sup>Idem.  
<sup>xxxvii</sup>Adota-se como definição do termo “globalização” aquela definida por Roland Pierik e utilizada por Gonçalves na elaboração de seu artigo: “Um fenômeno multidimensional que envolve a mudança na organização da atividade humana e no deslocamento do poder de uma orientação local e nacional no sentido de padrões globais, com uma crescente interconexão na esfera global”. (2005, p. 4)  
<sup>xxxviii</sup>Disponível em <http://www.acnur.org/t3/que-hace/proteccion/> Acesso em 4 de dezembro de 2012  
<sup>xxxix</sup>O reassentamento (resettlement) é a transferência do refugiado para um terceiro país, devido à impossibilidade de repatriamento ou de permanência no país de primeiro asilo. Já o princípio da não-devolução (non-refoulement) é a garantia de que o refugiado ou solicitante de refúgio não será forçosamente levado ao país que abandonou em busca de proteção. Para mais informações, ver: ACNUR. La Protección de los Refugiados y el papel de ACNUR. 2008-2009. Disponível em <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=biblioteca/pdf/7029>  
<sup>xl</sup>Protecting Refugees: a Field Guide for NGOs. Disponível em: <http://www.unhcr.or.jp/protect/pdf/ProtectingRefugees-FieldGuideforNGOs.pdf> Acesso em 4 de dezembro de 2012  
<sup>xli</sup>Idem. p. 26  
<sup>xlii</sup>Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-13431486> Acesso em 5 de junho de 2013  
<sup>xliii</sup>Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/rw.html> Acesso em 4 de junho de 2013  
<sup>xliv</sup>Disponível em <http://www.unhcr.org/50a9f81fb.html> Acesso em 5 de dezembro de 2012  
<sup>xlv</sup>Disponível em <http://www.acnur.org/t3/noticias/noticia/mas-de-10-mil-refugiados-congolenos-han-llegado-a-ruanda-en-los-ultimos-meses/> Acesso em 21 de agosto de 2012  
<sup>xlvi</sup>Disponível em [http://www.arcrelief.org/site/PageServer?pagename=index\\_about\\_arc](http://www.arcrelief.org/site/PageServer?pagename=index_about_arc)

Acesso em 5 de novembro de 2012

<sup>xlvii</sup>Disponível em <http://www.unhcr.org/50a9f81fb.html> Acesso em 5 de dezembro de 2012

<sup>xlviii</sup>Disponível em <http://www.unhcr.org/4fc880a16.html> Acesso em 5 de dezembro de 2012

<sup>xlix</sup>Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,refugiados-sirios-vivem-situacao-de-miseria-e-desespero,965478,0.htm> Acesso em 5 de dezembro de 2012